

O IMPULSO BÍBLICO NO CONCÍLIO: A BÍBLIA NA IGREJA DEPOIS DA *DEI VERBUM*

Cássio Murilo Dias da Silva¹

Resumo

O presente artigo lembra a importância da Constituição Dogmática *Dei Verbum* para mudanças profundas na vida da Igreja católica, depois de 40 anos do Concílio Vaticano II. O autor apresenta o contexto, elaboração e discussão quanto à relação entre Revelação, Tradição e Escritura, o lugar e uso da Bíblia nas celebrações, os métodos exegéticos para interpretá-la, de modo especial, a evolução do estudo e uso da Bíblia no Brasil.

Palavras-chave: *Dei Verbum*, Revelação, Tradição, Escritura, métodos exegéticos.

Abstract

This paper deals with the Dogmatic Constitution Dei Verbum concerning the changes in the Catholic Church forty years after the end of the second Vatican Council. The author shows the context, the elaboration and the discussion related to Revelation, Tradition and Scripture and the importance of the holy Bible in the divine cult. The author presents also the exegetic methods in order to interpret the Bible and specially the evolution of the study and use of the Bible in Brazil.

Key words: Dei Verbum, Revelation, Tradition, Scripture, exegetic methods.

¹ Doutor em Exegese Bíblica pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, Professor na PUC – Campinas e padre da Diocese de Jundiaí/SP.

A rigor, o conteúdo da seguinte exposição não é uma novidade. E por qual razão deveria sê-lo?

A importância de se retomar o tema não está em dizer coisas novas, a cada vez, e sim em manter viva, nas gerações mais antigas (jovens e adultos do início dos anos 1960, educados em outro modelo de Igreja), a memória do que representou a Constituição Dogmática sobre a Divina Revelação, ao mesmo tempo que se faz com que as novas gerações de católicos (nascidos e crescidos no período pós-conciliar) compreendam a reviravolta que o acontecimento mesmo do Concílio Vaticano II, seus documentos e, em modo mais específico, a *Dei Verbum*, provocaram na vida da Igreja Católica.

Com poucas variantes, artigos e conferências sobre a importância da *Dei Verbum* recordam dados que descrevem o contexto eclesial em que foi convocado o Vaticano II, as questões candentes acerca do uso e da interpretação da Sagrada Escritura, antes e durante o Concílio, a dificuldade em se chegar a um consenso acerca do texto da Constituição, os pontos fortes e os limites da redação final, a recepção do documento e, enfim, os frutos que a *Dei Verbum* imediatamente começou a produzir, e que continuam a se desdobrar².

Nas páginas a seguir, tentarei expor de modo didático esses mesmos aspectos, que não podem faltar a uma exposição – artigo, entrevista ou conferência – sobre a Bíblia na Igreja depois da *Dei Verbum*. No entanto, é minha pretensão enfatizar vínculos que, não obstante sejam já conhecidos, por vezes passam despercebidos ou que já foram esquecidos.

² Vejam-se, por exemplo, as várias conferências do recentíssimo Congresso Internacional “A Sagrada Escritura na vida da Igreja - 40º aniversário da *Dei Verbum*”, realizado em Roma, no período de 14 a 18 de setembro de 2005. A principal documentação desse Congresso (conferências, mensagens, artigos adicionais e outras informações), com tradução em vários idiomas, está disponível na Internet: <http://www.deiverbum2005.org>.

Minha exposição seguirá, portanto, o seguinte esquema:

I. “Constituição dogmática” – breve discussão dessa qualificação.

II. Algumas observações prévias – a pré-história da *DV* e a elaboração do texto atual.

III. A *Dei Verbum*: Bíblia ou Revelação? – alguns fatores que exigiram e influenciaram um documento conciliar sobre a Revelação Divina.

IV. As respostas da *Dei Verbum* – como os seis capítulos da *DV* respondem aos problemas que a exigiram.

V. Na prática, a Bíblia na Igreja depois da *Dei Verbum* – recepção e repercussões da *DV* na pastoral, na teologia e na exegese católicas.

VI. Os métodos exegéticos e o documento “A Interpretação da Bíblia na Igreja” – como a Igreja Católica lê a Bíblia depois da *DV*.

VII. A Bíblia no Brasil depois da *Dei Verbum* – frutos da *DV* em terras tupiniquins.

VIII. À guisa de conclusão: os próximos 40 anos... e mais além – desafios ainda em aberto e outros que podem surgir.

I. “Constituição dogmática”

Ao início desta exposição, é necessário que consideremos brevemente a nomenclatura conciliar. Em modo específico, o título “Constituição Dogmática”.

No Concílio Vaticano II, foram quatro os documentos chamados “constituição”, dos quais dois receberam o atributo “dogmática”:

Documento		Data de promulgação
<i>Sacrosanctum Concilium (SC)</i>	Constituição sobre a Sagrada Liturgia	4/12/1963
<i>Lumen Gentium (LG)</i>	Constituição dogmática sobre a Igreja	21/11/1964
<i>Dei Verbum (DV)</i>	Constituição dogmática sobre a Revelação Divina	18/11/1965
<i>Gaudium et Spes (GS)</i>	Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje	7/12/1965

No vocabulário eclesiástico, o termo “constituição” é reservado para textos que expõem e discutem verdades doutrinárias. O atributo “dogmática” eleva a “constituição” ao mais alto grau de importância: esse tipo de documento expõe uma doutrina que tem valor normativo para a fé da Igreja. Em outras palavras, uma “constituição dogmática” apresenta a doutrina da Igreja concernente a determinada questão, uma doutrina que os católicos devem aceitar como autêntica e não-questionável em seus pontos fundamentais.

Com efeito, o próêmio da *DV* afirma que o Concílio Vaticano II “pretende propor a genuína doutrina acerca da Revelação Divina e da sua transmissão”.

II. Algumas observações prévias

Embora não seja possível discorrer detalhadamente sobre a história do documento, é necessário recordar alguns pontos:

1) O esquema preparatório ao documento conciliar sobre a Divina Revelação entrou em discussão logo na primeira sessão, em 1962, com o título *Constitutio de fontibus Revelationis*. Mas o esquema apresentado provocou uma reação negativa em vários Padres conciliares. O primeiro a manifestar-se foi o cardeal fran-

cês Achille Liénart, de Lille. Ele expressou a opinião de muitos Padres conciliares com uma frase que ficou famosa: “*Hoc schema mihi non placet*” (Esse esquema não me agrada). A tensão entre os que aceitavam o esquema e os que o rejeitavam fez surgir um impasse e João XXIII teve de intervir com autoridade papal (o que provocou admiração positiva nos observadores e teólogos não-católicos). O Pontífice constituiu uma comissão especial para redigir um novo esquema.

O impasse no Concílio deve ser compreendido à luz dos problemas históricos concernentes à interpretação da Sagrada Escritura, já desde o tempo da Reforma, na primeira metade do século XVI³.

2) Paralelo a esse ambiente de tensão, e talvez para torná-lo ainda mais delicado, diversos ventos, que sopravam dentro e fora da Igreja, exigiam uma posição de abertura por parte da Igreja. Com efeito, a renovação do Concílio não surgiu do nada, mas foi impulsionada pelos movimentos de renovação que o precederam, particularmente o movimento bíblico e o movimento litúrgico (intimamente ligados), e também o movimento ecumênico.

3) O atual documento foi um dos últimos a serem aprovados no Concílio. Foi discutido em todos os períodos em que os Padres conciliares estiveram reunidos. Após longas e calorosas discussões, e após nada menos que cinco esquemas⁴, finalmente o texto atual foi aprovado. Tal aprovação, porém, só foi possível, porque ambas as tendências, progressista e conservadora, fizeram várias concessões em diversos pontos do documento. Após uma longa e tensa trajetória, na quarta sessão do Concílio, em 1965, o atual esquema foi finalmente votado, reemendado, e a-

³ Uma exposição sumária dos problemas históricos, que constituem o pano de fundo da *Dei Verbum*, encontra-se em W. KASPER, *Dei Verbum*, 2-5.

⁴ Para um estudo comparativo dos esquemas, cf. os vários quadros sinóticos de S. LYONNET, *Bíblia*.

provado por 2.344 votos favoráveis, contra apenas seis desfavoráveis, no dia 18 de novembro.

Não obstante ser o mais breve dos documentos, foi o mais longamente discutido: o documento sobre a Revelação foi assunto de onze Congregações Gerais e provocou 174 discursos. A única outra Constituição dogmática do Vaticano II, a *LG*, é cinco vezes mais longa que a *DV*; no entanto, em termos relativos, a *LG*, exigiu muito menos trabalho e discussão.

Quando a *DV* finalmente foi aprovada, a maioria dos documentos conciliares já tinham sido promulgados. Dos 16 documentos do Vaticano II, somente cinco são posteriores à *DV*. Embora as afirmações da *DV* encontrem eco em todos os documentos conciliares, muitos pontos dos documentos precedentes poderiam ter sido diferentes, se a *DV*, em sua forma atual, tivesse sido aprovada logo no início do Concílio.

III. A *Dei Verbum*: Bíblia ou Revelação?

Antes ainda de falarmos sobre a interpretação da Bíblia na Igreja Católica após a *DV*, convém dar atenção ao subtítulo da *DV*: “Constituição dogmática sobre a Revelação Divina”, e não “Constituição dogmática sobre a Sagrada Escritura”, o que seria muito reduutivo. Com efeito, a Sagrada Escritura deve ser interpretada como um canal privilegiado da Revelação.

Para compreendermos a importância desse fato, é necessário voltar mais uma vez à época do Concílio e perguntar quais eram os problemas que então permaneciam abertos e provocavam fortes discussões. Eram basicamente três:

1) *A relação Revelação - Tradição - Escritura*. Esse era um tema que “esquentava” o diálogo entre protestantes e católicos. Tratava-se de saber se a Tradição tinha igual autoridade à da Escritura para transmitir a Revelação. No fundo estava o problema do dogma, isto é: pode a Igreja fundamentar seus dogmas, não somente na Escritura, mas também na Tradição?

Trento havia deixado o problema aberto. No momento de definir onde se encontram as verdades relevadas, em vez de “*partim in libris scriptis et partim in sine scripto traditionibus*”, os Padres conciliares tridentinos optaram por “*in libris scriptis et sine scripto traditionibus*”. Não um “*partim - partim*”, mas “*et - et*”. O problema reapareceu no Vaticano II, com o peso de uma discussão que foi se agravando ao longo dos séculos.

2) *A aplicação do método histórico-crítico à leitura da Sagrada Escritura*. Trata-se, na verdade, de colocar em discussão outro problema igualmente intrincado da teologia fundamental: a relação Revelação - inspiração. O que é uma coisa, o que é outra, há diferença entre elas e como interagem. A pedra de toque desse problema é a inerrância dos livros bíblicos. Já desde o iluminismo, e depois com o modernismo, tudo havia sido colocado em discussão. A Encíclica *Divino afflante Spiritu*, de 1943, havia reconhecido a validade dos gêneros literários, mas a questão principal continuava aberta.

3) *O uso e a leitura da Sagrada Escritura*. Havia já mais de 50 anos, o movimento bíblico, aliado ao movimento litúrgico, colocava os leigos católicos em uma relação de familiaridade com os textos sagrados, pois incentivava o uso da Bíblia como fonte de oração e de inspiração para a vida.

Em resumo, três fatores influenciaram a *DV*:

- 1) Uma nova compreensão do fenômeno da Tradição;
- 2) A aplicação do método histórico-crítico à interpretação da Sagrada Escritura;
- 3) O movimento bíblico.

IV. As respostas da *Dei Verbum*

O esquema da *DV* reflete em modo bastante fiel a seqüência dos problemas acima elencados:

Problema	Capítulos da DV
<i>A relação Revelação - Tradição - Escritura</i>	I-II
<i>O método histórico-crítico e a relação Revelação - inspiração</i>	III
<i>O uso e a leitura da Sagrada Escritura</i>	IV-VI

1) *A relação Revelação - Tradição - Escritura — capítulos I-II*

Em primeiro lugar, a DV adotou um novo conceito de Revelação. Não mais o “depósito de verdades”, mas o ato comunicativo de Deus, como expresso no n. 2: “Aproveu a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade [...]. Com efeito, em virtude dessa Revelação, Deus invisível ... fala aos homens como amigos e conversa com eles, para os convidar e admitir à comunhão com ele”.

Fica assim definido que o objetivo final da Revelação não é apresentar verdades dogmáticas, mas estabelecer a comunicação e a comunhão entre Deus e os homens. Esse conceito de Revelação provocou um efeito positivo e rompeu muitas barreiras. Mas só ele não bastava, era necessário também redefinir “Tradição”. DV 8 adota também nesse caso um conceito mais amplo do que o normalmente usado antes: a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é e tudo quanto acredita.

E no n. 9 estabelece com clareza a distinção, mas também o vínculo inquebrantável, entre Tradição e Sagrada Escritura: A sagrada Tradição, portanto, e a Sagrada Escritura estão intimamente unidas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmo fim.

Os Padres conciliares definem a Sagrada Escritura como “a palavra de Deus posta por escrito” e Tradição como aquela que transmite “a palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos”. São, portanto, dois momentos inseparáveis da mesma Revelação, sob a ação do mesmo Espírito. Dito de outro modo, no n. 10: A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um só depósito sagrado da palavra de Deus, confiado à Igreja.

Essas afirmações, que hoje parecem tão evidentes e nada polêmicas, representaram um passo de valor incalculável para a discussão, e o fato de elas terem entrado para o documento somente na última redação indica como havia ainda muita resistência à mudança de perspectiva.

2) *O método histórico-crítico e a relação Revelação - inspiração — capítulo III*

O fato de adotar um novo conceito de Revelação exigiu também que se recolocasse em uma nova perspectiva a relação entre Revelação e inspiração e, por conseguinte, que se adotasse um novo conceito de inerrância.

Revelação e inspiração: Já desde o período patrístico, a inspiração fora explicada por meio de analogias: ditado, instrumento, autor e obra. A princípio, essas eram apenas comparações para representar de modo figurado o dado da inspiração; com o passar dos séculos, porém, foram assumidas como categorias teológicas no debate sobre a relação Revelação - inspiração.

A *DV* evitou aquelas analogias e limitou-se a afirmar que Deus serviu-se de homens “na posse de suas faculdades e capacidades”: ele agiu “neles e por meio deles” (*DV* 11), para falar “por meio dos homens e à maneira humana” (*DV* 12).

O capítulo III da *DV* estabelece, ainda, de que modo sutil, a distinção entre o conteúdo revelado e a linguagem em que tal conteúdo é transmitido. Embora a terminologia não apareça na *DV*, se traduzido em categorias tomistas, pode-se falar de matéria e forma. A Revelação equivale à matéria, isto é, o conteúdo que

Deus deseja comunicar aos seres humanos; a inspiração equivale à forma, isto é, ao modo como os autores humanos puseram por escrito o dado revelado.

Novo conceito de inerrância: Já desde os tempos do iluminismo, no século XVIII, o problema da verdade da Bíblia é tema de calorosos debates teológicos, a ponto de a problemática da inerrância condicionar, no século XIX, a inteira história da reflexão católica sobre a inspiração. Isso permite compreender uma diferença fundamental entre Trento e Vaticano I. O Concílio de Trento, no contexto da Reforma, teve de dar uma resposta somente ao problema do cânon bíblico; diferentemente, o Vaticano I teve de lidar com a crise da confiança nas verdades bíblicas, desencadeada pelo iluminismo.

O Vaticano I rejeitou a tese da simples identificação inspiração - inerrância: os livros da Bíblia são considerados sacros e canônicos por vários motivos, e “não somente porque contêm a própria Revelação sem erros” (DS 3006). Mas devemos observar atentamente o pano de fundo da problemática do Vaticano I: o Concíliourgia por falar da “infalibilidade” papal. Infalibilidade e inerrância são dois conceitos muito próximos, embora com características próprias:

<i>Infalibilidade</i>	<i>Inerrância</i>
- Magistério (papa)	- Sagrada Escritura
- Questões de fé e de moral	- Sem nenhum tipo de limitação
- Conceito aberto, pois aplicado também aos futuros ensinamentos	- Conceito fechado, pois aplicado somente aos textos do cânon bíblico

A afirmação dessa ilimitada inerrância da Escritura tem suas raízes no confronto com as afirmações das diversas ciências (arqueologia, história, física, etc.): “Quem tem razão: a Bíblia ou o dado científico?” Desde o final do século XIX, isto é, desde Leão XIII, o Magistério não deixou de abordar o problema. No momento da redação final da *DV*, ele se repropôs, com toda sua força: “Aquilo que a Bíblia diz é verdade... mas, o que é que a Bíblia quer dizer?” Não se trata somente de saber as intenções do autor, mas também, e muito mais, de conhecer as diversas formas de dizer. Não entra em jogo somente o conteúdo, mas o próprio modo de dizer pode ser verdadeiro ou falso.

Lentamente tornou-se unânime a opinião de que a real questão é a diferença entre a mentalidade médio-oriental e a ocidental: o homem semita e o homem ocidental têm conceitos de verdade bem distintos. Enquanto, no Ocidente, “verdade é a adequação da mente à coisa ou ao fato” (*adaequatio mentis ad rem*), no Antigo Oriente Próximo, a verdade é a coisa ou o fato juntamente com sua interpretação, com seu significado. Aplicado à Bíblia, é-nos fácil compreender que a Escritura não se interessa tanto pelos acontecimentos em si mesmos, como realmente se deram, mas sim, e principalmente, com a importância de tais fatos na história do povo de Deus. Por isso, já a *Divino afflante Spiritu*, de Pio XII (1943), sancionara que as formas de dizer do Antigo Oriente Próximo não podem ser avaliadas com os critérios do Ocidente moderno.

O primeiro esquema preparatório ao que se tornaria a *DV* falava de uma inerrância irrestrita, tanto para questões religiosas, quanto para questões profanas. Mas as reações contrárias a essa postura foram pesadas, e o texto final, no n. 11, saiu com uma circunlocução para “apaziguar” os dois lados: “(...) os livros da Escritura ensinam firmemente, fielmente e sem erros a verdade que Deus, *em vista da nossa salvação*, quis que fosse consignada nas sagradas Letras”.

Já durante os debates para a aprovação do texto final da *DV*, foi oficialmente declarado que o complemento “em vista da nossa salvação” não deveria ter caráter limitativo da inerrância, mas somente caráter declarativo, isto é, definir qual a finalidade e a orientação da Escritura e da sua verdade. Não obstante tal declaração, o texto final da *DV* exprime o conceito de que a finalidade da Escritura não é ser um livro de conhecimentos científicos, e sim o anúncio e a realização da salvação. Em outras palavras, a Bíblia existe “para a nossa salvação”; ou melhor, a Bíblia transmite sem erros, não verdades científicas, mas sim verdades de salvação.

Esse novo conceito de inerrância possibilitou superar a rejeição dos métodos exegetico-científicos. Uma vez definido que a inerrância bíblica refere-se, não a todo tipo de verdade, e sim à verdade da salvação (*DV* 11), o n. 12 pode afirmar: “Para descobrir a intenção dos hagiógrafos, devem ter-se em conta, entre outras coisas, também os ‘gêneros literários’. Com efeito, a verdade é proposta e expressa de maneiras diversas nos textos que são de vários modos históricos, ou proféticos, ou poéticos ou nos demais gêneros de dizer”.

Em outras palavras, a *DV* reconhece os princípios fundamentais do método histórico-crítico e a necessidade de aplicar tal método ao estudo da Escritura. A *DV* insistiu apenas em que o uso do método histórico-crítico fosse feito em comunhão com a Igreja (*DV* 12).

Esse foi um passo de imenso valor para a exegese católica e pôs fim a infundáveis e inúteis discussões sobre o assunto, discussões que, desde o início do século XX, consumiam boa parte dos estudiosos católicos.

3) *O uso e a leitura da Sagrada Escritura — capítulos IV-VI*

Antes de definir a importância e a centralidade da Sagrada Escritura na vida da Igreja (c. VI), dois capítulos intermediários recordam que a Igreja considera tanto o Antigo Testamento

(c. IV) quanto o Novo (c. V) como palavra de Deus escrita na linguagem humana.

A *DV* não só reafirma a continuidade do Antigo Testamento no Novo, mas reafirma também o valor e a atualidade do Antigo por si mesmo.

Uma vez reafirmados esses pontos, a *DV* passa ao derradeiro problema. Enquanto os dois primeiros eram fundamentalmente teóricos, isto é, concernentes à especulação teológica e exegética (embora qualquer definição nesses campos tenha, sem dúvida, reflexos na vida da Igreja), o terceiro problema é eminentemente prático: o uso e a leitura da Bíblia na Igreja.

Um breve percurso histórico pode nos ajudar a compreendê-lo mais claramente.

Desde meados do século XV, já antes da Reforma protestante, havia restrições parciais e locais para a publicação e a leitura da Bíblia, seja em latim, seja em vernáculo. Com a Reforma protestante, essas restrições parciais deixam lugar para uma restrição universal. Em 1559, sob Paulo IV, e depois, em 1564, sob Pio IV, a Congregação do Índice promulga o *Index Librorum Prohibitorum* e veda também que, sem uma licença especial, se pudessem imprimir e possuir Bíblias em vernáculo. Não se tratou de uma proibição absoluta do contato individual com a Escritura, mas restringiu-se o uso da Bíblia só para quem sabia latim. Embora não faltasse por completo o contato do povo com a Escritura, só em 1757 foi novamente autorizada a edição da Bíblia em vernáculo, desde que aprovada pelas autoridades competentes e provida de notas.

Desde 1893, porém, começaram a soprar ventos de mudança: três Encíclicas — *Providentissimus Deus*, de Leão XIII (1893); *Spiritus Paraclitus*, de Bento XV (1914); e *Divino afflante Spiritu*, de Pio XII (1943) — e o código de Direito Canônico, de 1917, dão novo impulso aos estudos bíblicos, à leitura cotidiana e à divulgação da Escritura. Não obstante, quando se iniciou o Vaticano II, prevalecia ainda o ambiente de cautela, e

ainda durante a redação da atual *DV* houve vozes que pediam que o documento exprimisse reservas quanto ao livre acesso dos leigos à Bíblia.

A “cautela” quanto ao acesso direto do povo à Escritura, o “convite a não ler”, tinha uma preocupação válida: o perigo de uma interpretação errônea levar a erros doutrinários. Apesar dessas vozes conservadoras, a *DV* refletiu uma nova atitude.

É interessante notar que em todos os parágrafos do capítulo VI da *DV* aparecem expressões de tipo determinativo, referidas aos diversos modos de contato com a Escritura:

n 21	<i>é preciso (oportet)</i>	que a pregação eclesial seja alimentada e dirigida pela Sagrada Escritura
n 22	<i>é preciso (oportet)</i>	que os fiéis tenham acesso aberto à Sagrada Escritura
n 23	<i>é preciso (oportet)</i>	que exegetas e estudiosos trabalhem para que o maior número de ministros da palavra de Deus possa oferecer o alimento das Escrituras ao povo
n 24	<i>Seja (sit)</i>	o estudo das Sagradas Escrituras a alma da Sagrada Teologia
n 25	<i>é necessário (necesse est)</i>	que todos os clérigos, diáconos e catequistas se apeguem às Escrituras, por meio da contínua leitura sacra e do diligente estudo
n 25	<i>compete (competit)</i>	aos bispos orientar os fiéis no uso correto da Escritura
n 25	<i>sejam (sint)</i>	as traduções providas de notas necessárias e suficientes
n 25	<i>sejam feitas (conficiantur)</i>	edições da Sagrada Escritura com convenientes anotações, para uso também dos não-cristãos
n 25	<i>Procurem (curent)</i>	os pastores de almas e os cristãos em geral difundir tais edições com zelo e prudência

Essas determinações da *DV* refletem o caráter eminentemente pastoral do capítulo VI. Pode-se identificar um duplo movimento, um *ad intra* e outro *ad extra*. Naquilo que poderia chamar-se de movimento *ad intra*, isto é, voltado para o interior da própria Igreja, incentiva-se:

a) Que os textos bíblicos sejam usados como principal fonte e assunto da pregação (n. 21). Desse modo, a Sagrada Escritura é colocada acima das histórias dos santos, da doutrinação e das recomendações devocionais e morais.

b) Que os ministros da palavra e todos os leigos leiam continuamente a Escritura, no estudo e na oração (nn. 22.24.25).

c) Que sejam feitas traduções dos textos originais, isto é, hebraico e grego (n. 22). A Vulgata, que até então era hegemônica, não é descartada, mas a *DV* reconhece a superioridade dos textos originais.

O movimento *ad extra*, isto é, voltado para o exterior da Igreja católica, direciona-se aos outros fiéis em Cristo e aos judeus.

a) Que haja traduções dos originais, em colaboração com as outras denominações cristãs, para que possam ser usadas por todos os cristãos e também pelos não-cristãos (nn. 22.25). Essa proposta é de grande importância para o diálogo ecumênico, principalmente nas áreas de missão.

b) Ao afirmar a necessidade da tradução dos originais (n. 22), e já antes, ao asseverar a importância imutável das Escrituras judaicas e a unidade entre Antigo e Novo Testamentos (c. IV), a *DV* reconhece claramente o papel indelével do povo judeu, como primeiro receptor e transmissor da Revelação divina.

V. Na prática, a Bíblia na Igreja depois da *Dei Verbum*

Os frutos das determinações teológicas e pastorais da *DV* não se fizeram esperar e, em grande parte, aconteceram em simbiose com a renovação da liturgia.

No tocante à pastoral e, com ela, à espiritualidade dos fiéis católicos:

Tradução da Bíblia: Encontram-se traduções católicas em quase todos os países e em todas as principais línguas do mundo. Há ainda muitas línguas tribais sem uma tradução (completa ou parcial) da Bíblia, mas isso se deve a dois fatores: (a) a falta de tradutores nativos capacitados; (b) a dificuldade lingüística, dado que nas línguas tribais faltam conceitos e termos para uma tradução adequada.

Homilia: A reforma litúrgica colocou em segundo plano a devoção aos santos. O calendário litúrgico, que antes do Concílio era muitas vezes interrompido por memórias e festas, passou oferecer aos fiéis – no ciclo de três anos para os domingos, e no ciclo de dois para os dias da semana – a leitura dos textos bíblicos fundamentais. Igualmente, a organização das leituras dominicais, com a primeira leitura sempre combinada ao evangelho. Isso tudo motivou a mudança na pregação nas celebrações eucarísticas: não mais os bons exemplos dos santos, e sim o conteúdo das leituras proclamadas.

Celebrações da palavra: Nas comunidades sem presbítero, ou naquelas em que a presença dele não é possível todo domingo, o povo se reúne ao redor da Palavra de Deus. Com ou sem a distribuição das espécies eucarísticas, a meditação acerca da Sagrada Escritura constitui o alicerce para a comunhão e a vida da comunidade.

Catequese: Sem abandonar o aspecto doutrinal, a catequese, nos seus mais diversos âmbitos (primeira comunhão, crisma, de adultos, etc.), passou a discorrer sobre a história da

salvação, não mais baseada nas “histórias sagradas”, mas sim diretamente no texto bíblico. Os catequizandos de primeira comunhão e crisma, por exemplo, são incentivados a ter e a ler a Bíblia.

Leitura orante: A Bíblia torna-se o grande livro de oração. A chamada *lectio divina* oferece um método de fundo para a meditação pessoal e também comunitária. Os passos básicos são: leitura, meditação, oração, contemplação; outros podem ser acrescentados: partilha, compromisso, ação.

Grupos bíblicos: Diversos outros tipos de encontro se realizam ao redor da Bíblia: grupos de rua, círculos bíblicos, novenas. Em todos esses grupos, a Sagrada Escritura é a razão do encontro.

Cursos bíblicos: O renovado interesse pela leitura da Sagrada Escritura trouxe consigo a necessidade de um estudo mais sistemático sobre diversos pontos do universo bíblico: a história e a cultura dos povos da Bíblia (não só de Israel, mas também dos outros povos circunstantes), os aspectos literários e teológicos do texto, e ainda as línguas bíblicas. Multiplicaram-se os cursos introdutórios para os agentes de pastoral e grupos específicos; multiplicaram-se também os cursos de teologia para leigos, nos quais uma boa carga horária é dedicada às matérias bíblicas.

Quanto à teologia e à exegese:

Bíblia, alma da teologia: A formação teológica dos pastores é um claro exemplo de como um documento conciliar exerce influência sobre outro. A *Presbyterorum Ordinis* é posterior à *DV*, e em vários números deixa transparecer o que as determinações da *DV* representam para a formação e a missão dos presbíteros. Por exemplo, o capítulo II da *PO* define o sacerdote como “ministro da palavra”, antes de “ministro dos sacramentos”. E quanto aos estudos, *PO* 19 insiste em que “a ciência do ministro sagrado (...) antes de tudo é haurida na leitura e na meditação da Sagrada Escritura e alimentada com o estudo dos Santos Pa-

dres e dos demais documentos da Tradição”. Nas faculdades de teologia, seja nos cursos destinados à formação dos seminaristas, seja nos cursos para leigos, como já dito, uma carga horária considerável é reservada à Sagrada Escritura.

Uso dos textos originais: O uso do texto original como base das traduções e dos estudos (teologia e exegese) representa um enorme passo para o diálogo ecumênico, em contraste com Trento e Vaticano I. *DV* 22 possibilita que se quebre o isolamento “bíblico” da Igreja: da Igreja católica em relação às outras denominações cristãs; e da Igreja católica latina em relação às Igrejas orientais (católicas e não-católicas).

Métodos exegeticos: O número 12 da *DV* reflete a aceitação dos princípios fundamentais do método histórico-crítico e, por conseguinte, o reconhecimento de que o trabalho exegetico-científico é salutar e necessário para a correta interpretação da Sagrada Escritura. Antes do Concílio, diversos professores e exegetas católicos tiveram problemas com a ortodoxia e chegaram a ser suspensos do ensinamento. O novo conceito de “inerrância” abriu as portas para que não só fosse ensinada a exegese científica nas Universidades católicas, mas também que os leigos tivessem acesso aos resultados dessa pesquisa. É de se notar que a exegese católica, por longos anos oficialmente impedida de lançar mão dos métodos científicos, em pouco tempo depois da *DV* colocou-se na vanguarda da interpretação bíblica.

Cumpra ainda assinalar dois documentos da Pontifícia Comissão Bíblica, que fazem eco à *DV*:

a) *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, de 1993, sobre a validade, os méritos e os limites dos métodos exegeticos.

b) *O Povo judeu e as suas sagradas escrituras na Bíblia cristã*, de 2001, sobre a relação entre os dois Testamentos, o Antigo e o Novo.

VI. Os métodos exegéticos e o documento *A Interpretação da Bíblia na Igreja*

Em 1993, em comemoração a duas Encíclicas papais sobre a interpretação bíblica – centenário da *Providentissimus Deus*, de Leão XIII; cinquentenário da *Divino afflante Spiritu*, de Pio XII – a Pontifícia Comissão Bíblica lançou o documento *A Interpretação da Bíblia na Igreja (IBI)*. Trata-se até agora do único documento do Magistério eclesiástico sobre a interpretação bíblica após a *DV*. Por isso, uma apresentação do impulso bíblico no (e após o) Concílio Vaticano II ficaria incompleta, caso não se falasse desse outro documento.

O objetivo do *IBI* é “indicar os caminhos que convém tomar para chegar a uma interpretação da Bíblia que seja tão fiel quanto possível a seu caráter ao mesmo tempo humano e divino”⁵. Para alcançar o escopo que se propõe, o *IBI*:

- a) faz uma breve descrição e análise dos diversos métodos e abordagens (c. I);
- b) examina algumas questões de hermenêutica (c. II);
- c) propõe uma reflexão sobre as dimensões características da interpretação católica da Bíblia (c. III);
- d) considera o lugar da interpretação da Bíblia na vida e na teologia da Igreja (c. IV).

Para a presente exposição, basta ler o esquema do capítulo I: “Métodos e abordagens para a Interpretação”:

⁵ PONTIFÍCIA, *Interpretação*, 35-36.

A.	Método histórico-crítico	
B.	Novos métodos de análise literária:	1. análise retórica 2. análise narrativa 3. análise semiótica
C.	Abordagens baseadas na tradição:	1. tradição canônica 2. tradição judaica 3. história da recepção do texto
D.	Abordagens por meio das ciências humanas:	1. abordagem sociológica 2. abordagem da antropologia cultural 3. abordagens psicológicas e psicanalíticas
E.	Abordagens contextuais:	1. abordagem da libertação 2. abordagem feminista
F.	Leitura fundamentalista	

De todos esses métodos e abordagens, o *IBI* efetivamente condena somente a leitura fundamentalista. Todos os outros métodos ou abordagens descritos são considerados válidos para a interpretação da Sagrada Escritura, desde que respeitados os limites a eles próprios inerentes⁶.

Em 2000, foi defendida em Roma uma tese doutoral intitulada “Princípios Católicos para interpretar a Escritura”⁷. Nessa tese, o autor define e analisa vinte princípios de interpretação contidos no *IBI*. Tais princípios são agrupados segundo os vários aspectos do estudo e do uso da Sagrada Escritura na Igreja. Em modo esquemático:

⁶ Uma apresentação mais detalhada dos princípios de vários desses métodos e abordagens, com exemplos, encontra-se em meu *Metodologia*.

⁷ P.S. WILLIAMSON, *Principles*.

Seis aspectos		Vinte princípios de interpretação
I.	O princípio fundante da interpretação católica	1) A palavra de Deus em palavra humana
II.	“Linguagem humana”: Exegese católica e conhecimento humano	2) Relação entre exegese católica e “ciência” 3) Relação entre exegese católica e história 4) O uso das análises filológica e literária 5) A contribuição da hermenêutica filosófica
III.	“Palavra de Deus”: Exegese católica e fé cristã	6) A hermenêutica da fé 7) O papel da comunidade de fé 8) Interpretação à luz da tradição bíblica, da unidade da Escritura e do Cânon 9) Interpretação do Antigo Testamento à luz do mistério pascal 10) Interpretação à luz da tradição viva da Igreja 11) O objetivo da interpretação: expor a mensagem religiosa da Escritura
IV.	O significado da Escritura inspirada	12) O sentido literal 13) O sentido espiritual, tipologia 14) O sentido mais completo (<i>sensus plenior</i>)
V.	Métodos e abordagens	15) O uso do método histórico-crítico 16) A pluralidade de métodos e abordagens
VI.	A interpretação na prática	17) A tarefa do exegeta e as relações da exegese com outras disciplinas teológicas 18) Atualização 19) Inculturação 20) O uso da Bíblia na Igreja

Deve-se notar que esses princípios não servem somente para exegetas e teólogos, mas também para pregadores, catequistas, ministros da palavra e para todos os cristãos que querem entrar em intimidade com a Palavra de Deus na Sagrada Escritura, e que assumem a missão de anunciar a todos os seres humanos “a verdade que Deus, para a nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas Letras” (*DV* 11).

VII. A Bíblia no Brasil depois da *Dei Verbum*

O estudo e a divulgação da Bíblia no Brasil começam nos anos imediatamente precedentes ao Concílio, e com a *DV* ganham grande impulso. As várias realizações, na pastoral, na área acadêmica e no campo editorial, demonstram grande vitalidade e criatividade. Dada a índole de nossa Igreja, não houve dificuldades na integração da reflexão teológica com as exigências pastorais.

Quero destacar três aspectos ou realidades da renovação bíblica trazida ou incentivada pela *DV*. Limitar-me-ei aos dados cronológicos essenciais. Pode-se falar de três “ondas”⁸, mas é necessário lembrar que, embora não tenham surgido simultaneamente, ao longo do tempo se sobrepuseram e, sob vários aspectos, operam em simbiose.

A “Liga de Estudos Bíblicos - LEB”⁹:

Antes ainda do Concílio, em 1946, foi programada a “Primeira Semana Bíblica Nacional”, realizada no ano seguinte, sob as bênçãos e o incentivo de Pio XII. Dessa semana de estudos participaram cerca de 40 biblistas de todo o Brasil. Boa parte deles eram formados em Roma, no Pontifício Instituto Bíblico.

⁸ Devo a nomenclatura e o esquema das idéias a seguir ao Prof. Irineu José Rabuske, da PUC de Porto Alegre - RS.

⁹ J.E.M. TERRA, Tradução.

As resoluções dessa Semana Bíblica foram:

- a) instituição do “Domingo da Bíblia”, no último domingo de setembro, data mais próxima da festa litúrgica de S. Jerônimo (30 de setembro);
- b) incentivo à publicação da literatura bíblica nacional;
- c) fundação da “*Liga de Estudos Bíblicos - LEB*”;
- d) tradução literal da Bíblia para a língua portuguesa.

Todas essas iniciativas foram bem-recebidas pela Santa Sé e, no Brasil, não tardaram a dar seus frutos. Com o Concílio (e a *DV*), tudo isso teve um grande incentivo, como se nota no desenvolvimento posterior:

a) O “Domingo da Bíblia” passou a fazer parte do calendário litúrgico nacional. Dado seu sucesso também junto ao povo, na 10ª Semana Bíblica Nacional, realizada em 1974, decidiu-se transformar o “Domingo da Bíblia” no “Mês da Bíblia”, ao longo de todo o mês de setembro.

b) São lançadas no mercado várias produções nacionais: periódicos, introduções aos livros bíblicos e também comentários mais aprofundados. Além disso, são traduzidos muitos livros de renomados estudiosos internacionais. Gradativamente, as produções nacionais vão assumindo a tendência a uma apresentação didática do conteúdo, para satisfazer as várias exigências da pastoral: catequese, grupos de estudo, liturgia, etc.

c) A *LEB* passou a encontrar-se regularmente e a desenvolver uma série de atividades ligadas à divulgação da Bíblia: artigos, conferências, semanas de estudos. Com o advento do Concílio, a *LEB* não se extinguiu; mas o novo impulso promovido pela *DV* impôs tal progressão geométrica ao trabalho bíblico, que a *LEB* parece não ter tido condições de acompanhar as exigências, não só acadêmicas, mas principalmente pastorais, que tal progressão impôs. A *LEB* ainda sobrevive, e seu valor na história dos estudos bíblicos no Brasil é impagável. Não obstante, já não tem mais o mesmo peso que teve no período pré-conciliar, e quase não se fala mais nela.

d) Surgiram as primeiras traduções católicas da Bíblia no Brasil. A própria *LEB* publicou a sua. Gradativamente, cada editora católica lançou no mercado a “sua” tradução da Bíblia, quando não mais de uma. Atendendo às determinações da *DV*, essas traduções são providas de introduções e notas explicativas. Enquanto algumas traduções se perpetuaram (e continuam sendo reeditadas, embora já superadas), outras tiveram vida curta. Seria interessante analisar e comparar com alguma profundidade essas publicações. Permito-me aqui somente uma observação de caráter geral. A multiplicidade de traduções no Brasil tem um aspecto positivo e outro negativo. O aspecto positivo é permitir ao leitor comum, que não lê em grego e em hebraico, comparar as várias possibilidades de compreender e traduzir um texto. A prescindir da efetiva dificuldade econômica, para se adquirir todas as traduções disponíveis no mercado, o aspecto negativo, inerente ao positivo, é a falta de uniformidade nas publicações que usam textos bíblicos: cada editora tende a usar a “sua” tradução. Além disso, os textos litúrgicos, que se baseiam na Vulgata, não correspondem a nenhuma das traduções dos originais hebraico e grego. A recente tradução da Bíblia da CNBB, na tentativa de minimizar o problema, constitui mais uma entre as várias edições da Bíblia no Brasil, e já demonstrou que não conseguirá impor-se.

Os círculos bíblicos e o “Centro de Estudos Bíblicos - CEBI”:

A situação política e social do Brasil, já desde as vésperas do Concílio Vaticano II, criou condições para que a leitura da Sagrada Escritura se tornasse elemento catalisador das esperanças e promotor de uma nova forma de ser Igreja.

Desde o início dos anos 1960, cresceu o trabalho de conscientização política no meio dos pobres. Parte da Igreja permaneceu resistente, enquanto outra parte engajou-se de diversos modos na busca de uma sociedade mais justa. Nesse contexto de conflito social, e com o apoio da eclesiologia da *Lumen Gentium*,

surgiram as Comunidades Eclesiais de Base. Dentro e fora delas, multiplicaram-se grupos de reflexão bíblica e, de modo mais específico, os círculos bíblicos. Neles, amadureceu a chamada “leitura popular da Bíblia”, inspirada no método ver - julgar - agir, usado pelos grupos da Ação Católica.

À medida que o governo militar se tornava mais pesado e repressor, era inevitável que, nos círculos bíblicos, as pessoas empobrecidas delineassem uma analogia entre sua própria situação de sofrimento e a situação do povo de Deus, em várias circunstâncias descritas na Bíblia.

Em 20 de julho de 1979, foi fundado oficialmente o Centro de Estudos Bíblicos, o CEBI. Trata-se de uma associação ecumênica que se tornou a instância de reflexão sistemática da leitura popular da Bíblia¹⁰: por meio de subsídios em grande quantidade e variedade, o CEBI assumiu a tarefa, não só de divulgar a leitura popular da Bíblia, mas também de dar a tal leitura fundamentos e autoridade. Sem dúvida, o grande nome da leitura popular da Bíblia no Brasil é o do frei Carlos Mesters, um dos fundadores do CEBI. Carlos Mesters sistematizou e popularizou o triângulo hermenêutico — realidade - Bíblia - comunidade — como o método da leitura popular¹¹.

Atualmente, “o CEBI está organizado em 25 Estados brasileiros. Através de 174 Sub-Regiões/Núcleos, se faz presente em mais de 600 cidades, atingindo diretamente cerca de 80 mil lideranças populares. Convém ressaltar que mais de 90% das atividades do CEBI são assumidas por equipes voluntárias”¹².

¹⁰ Para fotos dos fundadores, cf. na Internet: <http://www.cebi.org.br/historia.php>.

¹¹ Uma exposição sobre a metodologia da leitura popular e um breve histórico do CEBI encontram-se também na Internet:

http://www.cebi.org.br/artigos_metodologia.php?menu=y

¹² Dados oficiais do CEBI, disponíveis na Internet:

<http://www.cebi.org.br/caminhada.php>

A terceira “onda”: os novos mestres e doutores:

Embora sempre houvesse no Brasil um bom contingente de professores de Sagrada Escritura formados na Europa, é natural que a nova geração de biblistas, que cursaram mestrado e doutorado após a *DV*, por alguma razão se destacasse da geração anterior.

Nos anos 1980, surgem ou são impulsionados os estudos bíblicos em nível mais profundo no Brasil. Em forma não-vinculada a um regular currículo acadêmico de uma faculdade de teologia, são realizadas semanas de estudos, assim como cursos mais prolongados e sistemáticos. Merece, porém, destaque o impulso dado às faculdades de teologia, para a instituição de cursos acadêmicos de especialização teológica, com concentração na área de Bíblia.

Além disso, deve-se observar o considerável crescimento da produção de artigos, revistas e livros em nível científico.

O dado mais recente é o Primeiro Congresso Nacional de Biblistas, em Goiânia, em setembro de 2004, no qual foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica: uma entidade ecumênica, formada, não só por exegetas, mas também por teólogos, sociólogos, professores de línguas bíblicas, e aberta a todos os intelectuais que, de alguma maneira, podem colaborar com o estudo da Sagrada Escritura.

VIII. À guisa de conclusão: os próximos 40 anos... e mais além

No Congresso Internacional sobre a *DV*, realizado em Roma¹³, um dos conferencistas¹⁴ ofereceu algumas propostas para o futuro, pois assume como premissa o fato de que transcorreram apenas os primeiros 40 anos do Concílio Vaticano II e, por-

¹³ Cf. nota 1 desta exposição.

¹⁴ J. ONAIYEKAN, From *Dei Verbum*, 6-10.

tanto, da *DV*. Em sua opinião, em vez de lamentarmos o quanto ainda há por fazer, devemos dar graças a Deus pelo muito que já foi realizado em um prazo tão curto. Simultaneamente, porém, devemos olhar para o futuro e assumir alguns desafios:

Consolidar e aprofundar as conquistas. À medida que no tempo nos distanciamos do fim do Concílio, devemos estar alertas contra o perigo da acomodação e à tentação de voltar a um modelo de Igreja anterior ao Vaticano II, como reação aos excessos.

Vigiar para que haja sempre equilíbrio. A *DV* deixou clara a relação entre Sagrada Escritura, Tradição e Magistério. Por isso, é necessário evitar a exacerbação da importância da Escritura, em detrimento dos outros dois pilares da fé da Igreja. Tal exagero provocaria o fundamentalismo, enquanto o equilíbrio evita controvérsias inúteis.

Exegese científica para todos. É necessário que a Igreja crie condições para que, nos países mais pobres, os exegetas possam desenvolver e divulgar suas pesquisas; igualmente, que as faculdades de teologia ofereçam cursos em nível mais aprofundado, não só aos clérigos e religiosos, mas a todos, principalmente aos cientistas de outras áreas do conhecimento.

Amplio acesso à Sagrada Escritura. Em geral, as traduções protestantes custam menos que as católicas. As boas traduções católicas da Bíblia, com numerosas notas e largas introduções, são muito caras; as mais baratas, em geral, são as mais fracas em termos de tradução. Um projeto de fraternidade mundial poderia promover o barateamento das boas traduções já existentes, além de criar condições para que a Bíblia fosse traduzida para as línguas para as quais ainda não foi feita uma versão dos textos sagrados.

O desafio das novas tecnologias. Trará grande fruto o fato de disponibilizar boas traduções e bons comentários nos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, Internet). Será igualmente importante transmitir cursos de introdução aos livros

bíblicos, bem como outras informações que ajudem os leitores hodiernos a compreender o mundo da Bíblia. E ainda, a mesma solidariedade que promoveria o barateamento das traduções, poderia oferecer também bons programas bíblicos para computador.

Convocação de um Sínodo ordinário sobre a Sagrada Escritura. Esse Sínodo discutiria questões decorrentes, principalmente, do capítulo VI da *DV*.

A essas sugestões podemos ainda acrescentar outra:

Investir em uma melhor formação teológica e bíblica dos seminaristas. O nível intelectual dos sacerdotes baixou muito nos últimos anos. Torna-se cada vez mais necessário que os bispos não se contentem com uma formação que vise suprir somente as prementes necessidades pastorais de suas dioceses, mas considerem vital que os futuros pregadores da Palavra de Deus sejam mais bem formados.

Em resumo, trata-se, não somente de divulgar a Bíblia como livro e torná-la sempre mais acessível a todos, mas também de ajudar os homens e as mulheres a compreender em modo equilibrado “a verdade que Deus, para a nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas Letras” (*DV* 11).

Referências

SCHÖKEL, ALONSO L. Ed. *Comentarios a la constitución Dei Verbum sobre la divina revelación*. Madrid, 1969 (BAC).

CITRINI, T. Scrittura, in ROSSANO, P.; RAVASI, G. & GIRLANDA, A., ed. *Nuovo Dizionario di Teologia Biblica*. Ciniselo Balsamo 1988, 1447-1472.

EQUIPE NACIONAL DA DIMENSÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA. *Como nossa Igreja lê a Bíblia*. São Paulo, 1995.

ETTL, C., *The Rediscovery of the Word of God: The Second Vatican Council and the Dei Verbum*.

<http://www.c-b-f.org/deiverbum/articles/ettl.pdf>.

KASPER, W. “Dei Verbum Audiens et Proclamans” - „Gottes Wort voll Ehrfurcht hören und voll Zuversicht verkünden“. http://www.deiverbum2005.org/Paper/kasper_d.pdf. (Original em alemão, com tradução em vários idiomas).

LYONNET, S. (Org.). *A Bíblia na Igreja depois da “Dei Verbum”*. São Paulo, 1971 (Coleção Bíblica).

MARTINI, C.M. Il ruolo centrale della Parola di Dio nella vita della Chiesa - l’animazione biblica dell’esercizio pastorale, http://www.deiverbum2005.org/Paper/martini_i.pdf.

ONAIYEKAN, J. From Dei Verbum to Novo Millennio Ineunte - The Reception Progress of Dei Verbum in the Light of the Change of Paradigm. http://www.deiverbum2005.org/Paper/onaiyekan_e.pdf. (Original em inglês, com tradução em vários idiomas).

PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. *Interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo, 1994.

RATZINGER, J. The Dogmatic Constitution on Divine Revelation: A Commentary. <http://www.c-b-f.org/deiverbum/articles/ratzinger.pdf>. (Na página oficial do referido Congresso sobre a *DV*, encontra-se a versão digital em inglês de uma parte do artigo escrito pelo então jovem teólogo J. Ratzinger, no volume 13 do *Lexikon für Theologie und Kirche*, Freiburg i. Br., 1967).

SÁNCHEZ CARO, J.M. & CAMPOS SANTIAGO, J. Ed. *30 Años de la “Dei Verbum”*. Estell, 1996 (todo o volume 11 da revista *Reseña Bíblica*).

SILVA, C.M.D. da. *Metodologia de Exegese Bíblica*. 2. ed. São Paulo. 2003 (Bíblia e História).

TERRA, J.E.M. Tradução da Bíblia para a língua portuguesa. http://www.cancaonova.com/phn/phn_mem.php?id=672.

WILLIAMSON, P.S. *Catholic Principles for Interpreting Scripture*. Roma 2001 (Subsidia Bíblica).